

<https://doi.org/10.18593/r.v49.34783>

# Socialização infantil, midiaticização e neoliberalismo: discussões contemporâneas

*Children's socialization, mediatization and neoliberalism: contemporary discussions*

*Socialización infantil, mediatización y neoliberalismo: Debates contemporâneos*

**Mateus Lorenzon<sup>1</sup>**

Universidade de Passo Fundo; Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação.

<https://orcid.org/0000-0001-9402-5820>

**Rodrigo Saballa de Carvalho<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor do Programa de Pós-graduação em Educação.

<http://orcid.org/0000-0002-8899-0998>

**Resumo:** No presente artigo, são discutidos os processos de socialização infantil, os quais se encontram marcados pela presença da racionalidade neoliberal e pela digitalização das diferentes esferas da existência humana. Infere-se, a partir de uma análise sistêmica, que as tecnologias digitais, quando transversalizadas pela racionalidade neoliberal, podem ser compreendidas enquanto estratégias integrantes de um projeto antropológico-pedagógico neoliberal, no qual se visa à formação de um neossujeito. Desse modo, mesmo

<sup>1</sup> Mestre em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari; Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEdU/UPF, na Linha de Pesquisa 2: Processos Educativos e Linguagem; Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC/CAPES II); Integrante do Grupo de Pesquisa "Educação Científica e Tecnológica (UPF)".

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa Estudos sobre Infâncias; Professor da área de Educação Infantil do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Líder do Grupo de Pesquisa em Currículo, Linguagens e Cotidiano de bebês e crianças pequenas – CLIQUE/CNPQ/UFRGS.

reconhecendo que as crianças realizam uma reprodução interpretativa dos artefatos culturais, identifica-se que, por meio da exploração exacerbada desses dispositivos, ocorre a recepção de uma normatividade que preconiza a satisfação pessoal como critério régio de tomada de decisões, a hipertrofia das relações sociais e a atomização do indivíduo. Por fim, discutem-se as implicações antropológicas e sociológicas da formação do neossujeito desde a infância, tendo em vista que sua constituição psíquica e as normas difundidas inibem a coesão social e a participação do sujeito em debates públicos.

**Palavras-chave:** infância; socialização infantil; tecnologias digitais; razão-mundo.

**Abstract:** *In this article, the processes of children's socialization are discussed, which are marked by the presence of neoliberal rationality and the digitalization of the different spheres of human existence. It is inferred, from a systemic analysis, that digital technologies, when transversalized by neoliberal rationality, can be understood as strategies that are part of a neoliberal anthropological-pedagogical project, which aims to form a neo-subject. Therefore, even recognizing that children perform an interpretative reproduction of cultural artifacts, we identified that, through the exacerbated exploitation of these devices, a normativity that advocates personal satisfaction as a regal decision-making criterion, hypertrophy of social relations and the atomization of the individual are welcomed. Finally, the anthropological and sociological implications of the formation of the neo-subject since childhood are discussed, bearing in mind that their psychic constitution and widespread norms inhibit social cohesion and the subject's participation in public debates.*

**Keywords:** *childhood; children's socialization; digital technologies; reason-world.*

**Resumen:** *Este artículo discute los procesos de socialización infantil, que se encuentran marcados por la presencia de la racionalidad neoliberal y por la digitalización de las diferentes esferas de la existencia humana. Se infiere, a partir de un análisis sistémico, que las tecnologías digitales, cuando son transversalizadas por la racionalidad neoliberal, se pueden comprender como*

*estratégias integrantes de un proyecto antropológico-pedagógico neoliberal, en el cual se busca la formación de un nuevo sujeto. De este modo, aunque se reconozca que los niños realizan una reproducción interpretativa de los artefactos culturales, se identifica que, a través de la exploración excesiva de estos dispositivos, ocurre la recepción de una normatividad que preconiza la satisfacción personal como criterio dominante de la toma de decisiones, la hipertrofia de las relaciones sociales y la atomización del individuo. Por fin, se discuten las implicaciones antropológicas y sociológicas de la formación del nuevo sujeto desde la infancia, teniendo en cuenta que su constitución psíquica y las normas difundidas inhiben la cohesión social y la participación del sujeto en debates públicos.*

**Palabras clave:** *infância; socialización infantil; tecnologías digitales; razón-mundo.*

Recebido em 11 de maio de 2024

Aceito em 13 de julho de 2024

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A midiatização pode ser definida como o processo de emergência e difusão de tecnologias digitais que modificam a macroestrutura social. Dessa forma, podemos entender a midiatização como um fato objetivo da sociedade contemporânea, reverberando não só na esfera macrossocial, mas também nos diferentes âmbitos da vida privada e na própria existência humana. Todavia, assim como Dalbosco (2021) e Ghirdelli Jr. (2023), compreendemos que a midiatização e as consequentes mudanças nos modos de vida por ela produzidas não podem ser analisadas de forma dissociada daquelas presentes na esfera econômica, tornando-se necessário a realização de uma interpretação sistêmica da intersecção capital-tecnologia digital. Diante disso, consideramos que a relação capital-tecnologia

digital não é unidirecional, ou seja, a tecnologia não é apenas produzida pelas forças econômicas, e sim torna-se mediadora dos processos de socialização contemporânea, agindo na produção de uma subjetividade condizente com as necessidades do neoliberalismo.

O conceito de transdução, abordado por Dufour (2008), é pertinente para elucidar a articulação existente entre as diferentes economias. Para o autor, as mudanças ocorridas na economia mercantil reverberam e promovem alterações nos âmbitos político, simbólico e semiológico. Por sua vez, essas mutações retroalimentam e fomentam as novas configurações mercantis, inaugurando um complexo ciclo que foge a uma relação de causalidade. A partir desse entendimento, infere-se que as mudanças na macroestrutura social demandam reconfigurações de ordem antropológica. Esse argumento se encontra, de início, esboçado na obra de Weber (2020), para quem a constituição do capitalismo esteve inexoravelmente associada à ética protestante e à construção de uma vida ascética.

A transformação do neoliberalismo – de uma teoria econômica a uma razão-mundo – exige a existência de um neossujeito adequado à normatividade neoliberal (Dardot; Laval, 2016; Casara, 2021). Entretanto, diferentemente do período de emergência do capitalismo clássico, no qual a adequação antropológico-econômica ocorreu de modo ocasional, o neoliberalismo, conforme Alemán (2016), comporta, junto ao seu intento econômico, um projeto pedagógico-antropológico de formação de um novo homem. Para tanto, mobilizam-se distintas estratégias de subjetivação, dentre as quais se destacam a pedagogia do desemprego (Dowbor, 2020), a reconfiguração das relações trabalhistas por meio do culto ao empreendedorismo (Antunes, 2022) e a promoção de reformas curriculares, a fim de adequar as instituições públicas às demandas da *Teoria do Capital Humano* (Laval, 2019;

Cenci, 2020). Em tal perspectiva, ressaltamos a difusão de tecnologias digitais de informação e comunicação, tendo em vista que elas realizam uma *operação de algoritmização da vida* (Crary, 2016; Sadin, 2018), de introjeção de normas neoliberais e de formação de novos *habitus* psíquicos.

Partindo do pressuposto de que a relação entre mídia e capital está diretamente associada à produção de uma subjetividade e à promoção da normatividade neoliberal, neste artigo almeja-se discutir os processos de mediação ocorridos na contemporaneidade e as suas implicações para a socialização infantil. Conforme anunciado anteriormente, entendemos que a mediação não pode ser analisada de modo dissociado da transformação do neoliberalismo em uma racionalidade hegemônica. Logo, o processo de difusão das mídias digitais encontra-se transversalizado pela normatividade neoliberal, tornando-se parte constitutiva do empreendimento pedagógico/formativo/antropológico dessa razão-mundo. Com isso, focalizam-se não apenas os processos de consumo que são possibilitados por meio do acesso às mídias digitais, mas sobretudo as transformações que ocorrem a nível da subjetividade.

Em tal relação, reconhecemos que o processo de socialização infantil não se restringe a procedimentos adultocêntricos, nos quais as crianças são inseridas na sociedade e assimilam a cultura de modo passivo. A partir de conceitos basilares da Sociologia da Infância, dentre os quais se destacam o de *reprodução interpretativa* e o de *cultura de pares* (Corsaro, 2011), é reconhecido o papel ativo e interpretativo dos infantes em seu processo de socialização. Para Corsaro (2011), a reprodução interpretativa se refere ao fato de que as crianças não apenas internalizam as regras e estruturas sociais, mas as interpretam, contribuindo para a produção da cultura e da

sociedade. Por sua vez, o conceito de *cultura de pares* encontra-se inexoravelmente relacionado à reprodução interpretativa. Corsaro (2011) define por cultura de pares um conjunto de artefatos e rotinas que as crianças elaboram e partilham nas suas interações.

Todavia, mesmo a partir do nosso entendimento de que existe um processo de socialização ativa pelas crianças por meio da reprodução interpretativa e da produção de cultura de pares, os artefatos culturais midiáticos também incidem nos processos de constituição da subjetividade infantil. Isso porque, em um contexto social marcado pela atomização das relações e pela reconfiguração dos espaços culturais e recreativos, a midiaticização da infância tem como efeito a individualização e a transformação dos desejos pessoais em um critério régio da tomada de decisão de questões públicas.

A fim de atingir o objetivo deste artigo, organizamos o texto em três seções. Na primeira seção, intitulada “Fundamentos antropológicos do neoliberalismo”, discutimos acerca das exigências subjetivas necessárias para a consolidação dessa razão-mundo, discorrendo sobre o papel das mídias digitais para a introjeção da normatividade neoliberal. Na segunda seção, abordamos os processos de socialização infantil, apresentando o conceito de *reprodução interpretativa* (Corsaro, 2011) e argumentando, a partir da Sociologia da Infância, que a criança desempenha um papel ativo em seus processos de socialização por meio da interpretação e da reconstrução de fenômenos sociais por ela vivenciados. Por fim, tratamos das implicações antropológicas e sociológicas da formação do neossujeito para a manutenção da coesão social e defendemos a imprescindibilidade das instituições de Educação Infantil como promotoras de um modo de vida democrático.

## 2 FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DO NEOLIBERALISMO

Nesta seção, apresentamos uma digressão histórica acerca da constituição do neoliberalismo como uma racionalidade dominante, abordando as suas exigências antropológicas e as estratégias mobilizadas para a formação do neossujeito. Os preceitos teóricos acerca dessa razão-mundo começam a ser formulados a partir da crise do liberalismo no início do século XX, quando se passa a perceber a incapacidade das políticas e das doutrinas econômicas para a explicação dos fenômenos emergentes (Harvey, 2014; Dardot; Laval, 2016). O surgimento dos novos modos de organização da economia observados na União Soviética e nos movimentos fascistas da Europa levou pensadores liberais a organizarem o Colóquio Walter Lippmann (Paris, 1938) e, posteriormente, a fundarem a Sociedade Mont-Pèlerin (1947), almejando, com isso, a sobrevivência do capitalismo (Hayek, 2021, 2022).

A retórica em defesa da ampla liberdade individual e a crítica a qualquer intervencionismo na economia ou por meio da prestação de serviços sociais, sob o risco de inaugurar um caminho à servidão (Von Mises, 2018; Friedman, 2021), permaneceu em nível de doutrina econômica até os anos 1980. Nesse período, Harvey (2014) identifica um ponto nevrálgico para a transformação do neoliberalismo em uma política de Estado, na medida em que se buscavam estratégias de organização do Estado de modo a permitir a superação da estagnação econômica. Os preceitos econômicos da Escola de Chicago foram implantados, inicialmente, pelo governo ditatorial chileno (1973-1990), e os dados oferecidos pela experiência *in loco* realizada na América

do Sul ofereceram, conforme Harvey (2014), dados suficientes para sustentar as propostas neoliberais de Margaret Thatcher (Grã-Bretanha, 1979) e de Ronald Reagan (Estados Unidos, 1980). Aliado a isso, o teórico britânico constata que os Prêmios Nobel concedidos a Friedrich Hayek (1974) e a Milton Friedman (1976) conferiram credibilidade ao neoliberalismo, facilitando a sua aceitação nos meios acadêmicos.

O sucesso econômico dos países supracitados, a credibilidade acadêmica associada ao neoliberalismo, o *ethos* colonialista presente na política internacional anglo-americana e a necessidade de reaplicação dos petrodólares sauditas (Harvey, 2014) foram fatores que, gradualmente, levaram o neoliberalismo a ser adotado como uma política de Estado em diferentes países. Subjacente às proposições neoliberais, encontra-se uma defesa irrestrita das liberdades econômicas e, segundo Von Mises (2018), conseqüentemente, das liberdades naturais. Ao Estado, cabia ser o promotor dessa liberdade, por meio da renúncia aos preceitos keynesianos de pleno emprego e do bem-estar social. Harvey (2014, p. 12) define o neoliberalismo como

[...] uma teoria de práticas político-econômicas que propõem que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

Em última instância, um Estado neoliberal, conforme autores basilares, dentre os quais destacamos Friedman (2021) e Hayek (2022), deveria fomentar a competição e a responsabilização individual, isentando-se de criar e manter serviços públicos de

saúde e educação. No entanto, a consolidação da virada neoliberal e a exigência da renúncia de direitos (trabalhistas e sociais) por ela requeridos não seriam realizadas sem resistência popular e sindical. Assim, “todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares” (Harvey, 2014, p. 32). Diante disso, observamos que, desde o momento em que o neoliberalismo se torna política econômica, gestores que adotavam essa perspectiva empreenderam esforços significativos para fomentar a dessindicalização ou impedir discursivamente a construção de alternativas à proposta<sup>3</sup> que estava sendo implementada.

Ao abordar as implicações neoliberais para a subjetividade humana e o caráter totalizante apresentado pela doutrina econômica, Alemán (2016) identifica que, desde sua gênese teórica, os defensores do neoliberalismo já assumiam que se necessitava de uma dimensão pedagógico-antropológica, isto é, a formação de um novo homem. Assim, o espírito protestante, característico do homem austero e disciplinado, descrito por Weber (2020), não sustentaria o modelo econômico neoliberal. Com isso, torna-se indispensável a constituição de um neossujeito necessário para a *manutenção* e a *expansão do sistema* (Dardot; Laval, 2016). A difusão dessa normatividade e da nova subjetividade, no entanto, não seria uma derivação desprezível do processo econômico, mas parte intencional desse projeto. Para Dardot e Laval (2016), esse sujeito necessário ao neoliberalismo deve libertar-se dos interditos que inibem o consumo, da mesma forma que precisa se reconhecer como um competidor que vê o outro como um

---

<sup>3</sup> Atítulo de exemplo, podemos citar o conflito de Ronald Reagan com os sindicatos de controladores de voo em greve ou a recorrência dos discursos de Thatcher acerca da necessidade de impedir o surgimento de políticas econômicas alternativas. No contexto brasileiro, a Lei n.º 13.467, de 13 de julho 2017 (Brasil, 2017), ao determinar o fim da contribuição compulsória aos sindicatos, é um indicativo da presença desse intento neoliberal nas políticas de governo.

adversário a ser superado, ou seja, o neossujeito é um empreendedor de si mesmo capaz de gestar sua vida como uma entidade empresarial.

O ato de assumir de modo antecipado a necessidade da formação de um novo homem, conforme Alemán (2016), consiste na especificidade fundamental da teoria neoliberal quando comparada com as demais doutrinas econômicas. Para o psicanalista argentino, o neoliberalismo é “[...] o primeiro regime histórico que intenciona, por todos os meios, alcançar a dependência simbólica” (Alemán, 2016, p. 14). Tendo em vista que a adesão do sujeito aos preceitos neoliberais é ilógica, dado o sofrimento psíquico latente (Franco *et al.*, 2023), é possível depreender a necessidade de encontrar mecanismos psicopolíticos de subjetivação e gestão do indivíduo. Conforme enunciamos, neste artigo argumentamos que o processo de mediação da infância pode ser compreendido como uma das estratégias de formação do neossujeito. Entretanto, entendemos que uma análise sistêmica, a fim de evitar discursos culpabilizadores, se torna necessária, uma vez que explicitamos os demais mecanismos que agem de modo concomitante e retroalimentam esse processo.

No âmbito macroestrutural, a implementação de políticas neoliberais e a desregulamentação econômica resultaram no aumento expressivo do desemprego (Bóron, 2012; Saad Filho; Morais, 2018). Todavia, para Dowbor (2017, 2020), essas implicações sociais, apresentadas como necessárias para superar a estagflação, possuem uma função pedagógico-antropológica, na medida em que permitem a constituição de uma *pedagogia do desemprego*.

Assim, a massa de indivíduos pauperizados e desocupados, antes de ser uma reserva estratégica de mão de obra, passa a ser compreendida como um alerta simbólico aos trabalhadores que, na incapacidade de se adequarem às exigências produtivas, poderiam

ser facilmente substituídos por outro indivíduo da horda. O medo do desemprego e do descenso social tornam-se mecanismos fundamentais e levam os indivíduos a produzir discursos em defesa do empreendedor de si, da renúncia de direitos trabalhistas básicos ou ainda da defesa da plataformização do trabalho (Dardot; Laval, 2016; Antunes, 2022). A oferta de crédito facilitado (sob a condição de aceitação de elevadas taxas de juros) e o culto ao consumo, conforme Dowbor (2017) e Alemán (2016), também serviriam de mecanismos de produção da normatividade neoliberal, dado que indivíduos que possuíam a sua renda comprometida com instituições financeiras tendiam a evitar situações de risco ou de desemprego, aceitando de modo facilitado as exigências empresariais.

A gestão dos trabalhadores por meio da ameaça do desemprego fomentou igualmente as discussões acerca da Teoria do Capital Humano. O discurso de responsabilização do desenvolvimento de competências e habilidades, aliado à culpabilização dos indivíduos pelas condições precárias (ou possíveis) de vida e aos mecanismos de seleção econômica, fizeram com que eles permanentemente passassem a buscar formações que permitissem a sua adequação ao mercado. Em tal perspectiva, Cenci (2020) identifica que o sujeito passa a se perceber como um objeto de investimento e torna a sua mão de obra qualificada em objeto de rentabilidade. Com isso, assistimos à ascensão de um mercado de cursos rápidos ou formações para a empregabilidade, no qual o ideal humboldtiano de formação do espírito humano é substituído pelo desenvolvimento de competências pragmáticas.

A partir da ênfase atribuída ao desenvolvimento de competências e habilidades rentáveis, observamos uma primeira intersecção entre neoliberalismo e educação de crianças, pois,

além dos mecanismos de gerencialismo pedagógico e indução de políticas curriculares (Laval, 2019; Consálter; Fávero; Tonieto, 2021), testemunhamos uma reconfiguração das expectativas sociais em relação à escola. Nesse processo, os familiares transferem o medo do decesso social e do desemprego a sua prole, compreendendo que o desenvolvimento de um modelo de formação restrito às habilidades pragmáticas e rentáveis deve iniciar-se desde a pequena infância. Com isso, gradualmente, verifica-se uma reconfiguração pedagógica, na qual a primazia da ludicidade, do fazer autotélico e das experiências sensoriais e estéticas passa a ser substituída por práticas voltadas à aceleração de aprendizagens. Em decorrência disso, emergem novos discursos pedagógicos que, conforme Charlot (2020), estão isentos de uma reflexão sobre os fundamentos e os fins antropológicos sobre os quais estão assentados.<sup>4</sup>

Diante do exposto, reiteramos a perspectiva assumida de que as mídias digitais também se configuram como estratégias de formação de um neossujeito desde a infância. Esse argumento encontra respaldo nas discussões de Sadin (2018) e Ghiraldelli Jr. (2023). De acordo com Sadin (2018), o desenvolvimento tecnológico e sua onipresença nas relações sociais ocorre a partir da *siliciocolonização* da existência humana. O referido autor compreende que a emergência de aparatos tecnológicos, o desenvolvimento das ciências psicométricas e a algoritmização da vida permitiram a consolidação do panóptico benthamiano, na medida em que tornaram possível a produção de informações ininterruptas dos indivíduos e o seu processamento.

---

<sup>4</sup> Em relação às expectativas sociais e o modo como elas condicionam as instituições de educação, torna-se importante destacar que, se os preceitos dos teóricos neoliberais de ausência de sistemas públicos e sua substituição por *vouchers* fosse colocada em prática, as instituições que apresentam abordagens pragmáticas tenderiam a prevalecer. Com isso, aceleraria-se o processo de privar as crianças de um modelo de formação que fomenta as suas experiências sensoriais e estéticas necessárias ao cultivo do espírito humano.

Corroborando o argumento, Han (2018) destaca que, para além do controle, a algoritmização da vida favorece a construção de um *marketing sob demanda*, no qual se associa, em nível pré-reflexivo, desejo a um objeto e se captura o indivíduo em uma espiral permanente de consumo. Nesse viés, ao evitar uma ação em nível consciente, a siliciocolonização da existência possibilita a constituição de um ensejo neoliberal de inibir os interditos dificultadores do consumo.

Por sua vez, Ghiraldelli Jr. (2023, p. 58-59) argumenta que o capitalismo, conforme se reconfigurou para o estágio neoliberal, “requisitou a criação da internet para além do seu engatinhar, feito por incentivo direto do mundo militar”. Ao tratar de aspectos históricos da constituição tecnológica, Ghiraldelli Jr. (2023) aponta que, após a criação dos suportes tecnológicos e da infraestrutura necessária para a sua difusão, as tecnologias digitais tornaram-se estratégias fundamentais para a financeirização da sociedade e a apropriação dos capitais produtivos circulantes. Diante disso, concordamos com os argumentos dos referidos autores, pois ambos abordam a intersecção entre a midiatização da sociedade, as esferas produtivas e de consumo e a financeirização da economia. Mediante o exposto, na próxima seção, trataremos do processo de *socialização infantil* (Corsaro, 2011) a partir dos conceitos de *cultura de pares* e de *reprodução interpretativa* (Corsaro, 2011), discorrendo acerca deles e analisando as implicações dos vetores contemporâneos – neoliberalismo e mídia para a infância.

### 3 A SOCIALIZAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA REPRODUÇÃO INTERPRETATIVA E DA CULTURA DE PARES

Na seção anterior, compartilhamos uma digressão histórica acerca da constituição do neoliberalismo, apresentando-o, inicialmente, como uma teoria econômica e, após a virada neoliberal, como uma política de Estado. A partir das discussões de Alemán (2016), Dardot e Laval (2016) e Harvey (2014), abordamos a exigência neoliberal da formação de um novo sujeito atomizado, para quem os laços de solidariedade e amizade não são parte do projeto antropológico em curso. Desse ponto de vista, argumentamos que essa mudança na maneira de pensar e formar o sujeito necessário para a manutenção do neoliberalismo tem mobilizado diferentes estratégias, entre as quais destacamos a pedagogia do desemprego, a indução de reformas curriculares por meio do gerencialismo pedagógico e, por fim, a digitalização da sociedade e a transformação das tecnologias digitais em um importante vetor de socialização. Na medida em que as referidas estratégias são consolidadas e difundidas, os pressupostos neoliberais passam a transversalizar as diferentes esferas da existência humana, tornando-se uma *razão-mundo hegemônica*, a qual inibe formas alternativas de existência ou, ainda, movimentos de resistência (Dardot; Laval, 2016). Tendo em vista que, neste artigo, estamos focalizando a socialização infantil mediada por mídias digitais e a possível captura da normatividade neoliberal, apresentaremos, nesta seção, o conceito de socialização a partir dos pressupostos da Sociologia da Infância.

No contexto moderno ocidental, a infância, como categoria social e estrutural da sociedade (Qvortrup, 2010), constituiu-se a

partir de uma série de reconfigurações políticas, sociais, culturais e econômicas. Historicamente, o estatuto minoritário relacionado à infância decorre de uma associação da criança a um suposto estado natural, isto é, um período no qual o sujeito é regido pelos impulsos. No projeto social-antropológico da modernidade, esse estado natural precisa ser superado a fim de permitir a ascendência do homem e da sociedade à razão. Nessa perspectiva, a constituição das sociedades ocidentais, especialmente nos séculos XVI a XVIII, sob a óptica dos contratualistas, exigia, sobretudo, a renúncia dessas pulsões em favor de uma ação racional. Assim, criou-se uma justificativa filosófico-retórica, não só para a institucionalização das crianças, mas também para a atribuição de uma insignificância epistêmica aos seus modos de compreender o mundo. Essa percepção ortodoxa da socialização infantil, conforme Marchi (2017), foi referendada pela Psicologia do Desenvolvimento e, também, pelo campo da Sociologia.

Nesse sentido, ressaltamos, por exemplo, que, na perspectiva clássica de socialização de Durkheim (2014), as crianças eram compreendidas como sujeitos que, pela introdução no mundo adulto por meio das instituições, adotavam um conjunto de valores que os habilitavam a viver em sociedade. Em contrapartida, a Sociologia da Infância, emergente na década de 1980, problematiza essa concepção até então aceita da socialização infantil. Com isso, ocorre uma ruptura paradigmática em torno do que se concebia como infância, passando-se a pensar nas crianças como atores sociais.

Os conceitos de *reprodução interpretativa* e de *cultura de pares* (Corsaro, 2011) são fundamentais e ilustrativos para compreender essa nova perspectiva de socialização. Nesse viés, a *reprodução interpretativa* se refere à compreensão de que as crianças não só internalizam modos de ação característicos da cultura em que estão

inseridas, mas agem ativamente em um processo de ressignificação e interpretação (Corsaro, 2011). Em outras palavras, como atores sociais, as crianças agem ativamente na construção da sociedade em que estão inseridas.

Para entender esse processo, Corsaro (2011, p. 39) emprega ainda o conceito de *cultura de pares* para designar as “produções coletivas inovadoras e criativas” realizadas pelas crianças a partir dos conhecimentos institucionais e culturais que elas possuem. Por meio da articulação dos conceitos apresentados, Corsaro (2011) compreende que as crianças se tornam membros ativos da sociedade, pois “o desenvolvimento individual é incorporado na produção coletiva de uma série de cultura de pares que, por sua vez, contribuem para a reprodução e alteração na sociedade ou na cultura mais ampla dos adultos” (Corsaro, 2011, p. 39).

A concepção de Corsaro (2011) sobre os processos de socialização aborda, de modo direto, a dicotomia entre a ação do indivíduo e a estrutura social, pois permite reconhecer que a criança não se encontra em um estágio de passividade, na qual receberia e internalizaria modelos objetivos de ação. Da mesma forma, Corsaro (2011) identifica que a socialização da criança não ocorre em uma única instância socializadora. O autor, ao valer-se do modelo de teia global, aponta que o núcleo da socialização é a família de origem da criança. No entanto, esta é transversalizada por diferentes campos – ocupacionais, educacionais, familiares, comunitários, econômicos, culturais, religiosos e políticos –, nos quais as crianças também poderão vivenciar processos socializadores.

O reconhecimento do estatuto epistêmico e do conceito de reprodução interpretativa (Corsaro, 2011) possui implicações significativas nas discussões em torno dos processos de socialização

infantil mediados pelas tecnologias digitais. Isso porque, a partir das discussões de Corsaro (2011), Marchi (2009, 2017) e Evangelista e Marchi (2022), é possível dizer que as crianças não internalizam passivamente as normas sociais, pois isso representaria um retorno ao modelo de socialização clássico.

No entanto, entendemos que há uma dogmatização do conceito de reprodução interpretativa e da capacidade ilimitada das crianças em construir novos significados acerca do mundo em que estão inseridas, o que pode resultar em uma perspectiva acrítica sobre a confiança absoluta e ingênua na capacidade de resistência das crianças à subjetividade neoliberal. Assim, há o entendimento sociológico de que as crianças são atores sociais, mas se reconhece que a sua ação não se encontra excluída de uma macroestrutura social, isto é, da mesma forma que os sujeitos infantis (re)interpretam o mundo em que estão inseridos, eles são suscetíveis de serem subjetivados pelas estratégias decorrentes do neoliberalismo (Corsaro, 2011). Essa ação ocorre porque os diferentes campos de socialização são perpassados pela racionalidade neoliberal, e as estratégias por ela mobilizadas para a formação do neossujeito, entre as quais a midiatização, são bastante incisivas.

Diante do exposto, consideramos oportuno abordar de que modo a midiatização, enquanto vetor de socialização infantil, tem resultado na difusão de normas neoliberais, a saber: a) centralidade do interesse; b) satisfação pessoal como critério régio de ação; c) possibilidade de afastamento dos direitos fundamentais; d) objetificação do outro; e) compreensão dos pares como alguém a ser vencido; e f) simplicidade e transparência (Casara, 2021). Assim, para além dos artefatos culturais acessados pelas crianças, também estamos nos referindo aos usos das tecnologias digitais e aos hábitos

psíquicos decorrentes desse uso. A título de exemplo, citamos os relatórios de pesquisa TIC Kids Online Brasil<sup>55</sup> (CETIC.BR, 2021), assim como os estudos de Mallmann e Frizzo (2019) e Sobral (2019), os quais evidenciam o uso de mídias digitais por bebês e crianças com finalidade de entretenimento e recreação. Esse fato é corroborado por Jerusalinsky (2021, p. 48), que identifica que os dispositivos digitais passam

[...] a funcionar como uma chupeta eletrônica que suspende as demandas e os deslocamentos do bebê pelo espaço e que fazem a necessária relação com outros que advirtam e compartilhem as possibilidades e os riscos presentes no mundo simbólico, imaginário e real que os humanos habitam.

Em tal direção, Jerusalinsky (2021) salienta que, diante da complexidade da permissividade do uso desses dispositivos, se torna necessário evitar os discursos de culpabilização e exigência de performance maternal. Com isso, consideramos oportuno retomarmos o diagnóstico das relações laborais apresentado na seção anterior, na qual destacamos que o neoliberalismo é um mecanismo de gestão psíquica na medida em que exige o aperfeiçoamento constante e leva os indivíduos à exaustão física devido às demandas produtivas. As relações laborais informais, a uberização das relações trabalhistas, a dupla jornada de trabalho, o enxugamento do orçamento familiar e a redução dos serviços públicos de oferta de educação fazem com que o tempo que os pais têm com os seus filhos passe a ser compartilhado com outros afazeres. Nesse cenário, as mídias digitais – celulares, vídeos digitais, jogos eletrônicos – são apresentadas como estratégias

---

<sup>55</sup> A pesquisa TIC Kids Online Brasil é um estudo desenvolvido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, com o intuito de monitorar o acesso e o uso de mídias por crianças e adolescentes.

legítimas de recreação para as crianças e como apoio familiar. Ademais, nos contextos urbanos, a insegurança e a privatização dos espaços de lazer e cultura têm limitado as vivências familiares aos lares.

A essa reconfiguração dos modos das crianças relacionarem-se com os entes familiares e com os espaços urbanos soma-se uma mudança no relacionamento intergeracional. Sobre isso, Lebrun (2004, 2008), a partir de uma perspectiva pós-lacianiana, argumenta que a dessimbolização decorrente da sociedade neoliberal reverbera na relação dos indivíduos com o pai simbólico ou com os grandes Outros<sup>6</sup>. Com isso, inaugura-se uma era marcada pela crise de legitimidade do papel paterno/materno, que faz com que haja uma sujeição dos familiares aos desejos infantis em virtude do temor da perda do amor dos filhos, evitando-se assim a castração psicológica necessária ao desenvolvimento psíquico das crianças.

Mesmo que o crescente uso de mídias digitais venha sendo a tônica contemporânea, gradualmente, acompanhamos um crescimento de discussões que abordam as possíveis patologias decorrentes do uso precoce de tecnologias, sobretudo no âmbito da Sociedade Brasileira de Pediatria. No entanto, percebemos que, subjacente a essas discussões, em geral encontra-se uma preocupação com o rendimento intelectual ou escolar das crianças, isto é, com a perda de rentabilidade do indivíduo. Todavia, é de nosso interesse nos afastarmos dessas perspectivas patologizantes, apontando as implicações sociológicas e antropológicas da midiatização da infância, isto é, compreender os processos de subjetivação da infância e, conseqüentemente, as suas reverberações sociais.

---

<sup>6</sup> Lebrun (2004) nomeia de Grande Outro ou pai simbólico os elementos ou estruturas sociais ou transcendentais que davam legitimidade ao poder paterno/materno. O advento da pós-modernidade e o conseqüente fim das metanarrativas resultaria em uma crise da legitimidade desse grande Outro, o que, conseqüentemente, exigiria que a autoridade paterna/materna se legitimasse em si mesmo.

Diante do exposto, reiteramos que o neoliberalismo necessita de um neossujeito que o sustente e, para tanto, de modo concomitante com as políticas econômicas, realiza-se um empreendimento pedagógico-antropológico de difusão de uma normativa neoliberal. Nessa perspectiva, para Casara (2021), no processo de subjetivação do sujeito neoliberal, o neossujeito é constituído por um conjunto de seis normas onipresentes nessa operação. A primeira norma refere-se à satisfação do interesse, entendida como “[...] a vontade de obtenção daquilo que se quer” (Casara, 2021, p. 203). O neossujeito precisa convencer-se de que os seus interesses, mesmo que ilimitados, podem ser viáveis e possíveis. Isso quer dizer, como aponta Honneth (2015), que a sobrevalorização dos interesses e o conseqüente abandono ou renúncia do contrato social evidenciam que a promessa de liberdade subjacente ao neoliberalismo possui uma dimensão negativa, ou seja, a liberdade é tomada como sinônimo de remoção dos interditos.

A socialização infantil mediada pelas tecnologias digitais, em sua face contemporânea, evidencia os mecanismos de difusão da norma de liberação dos desejos, na medida em que observamos mecanismos pré-reflexivos de convencimento e de propaganda que visam inserir o indivíduo no circuito desejo-consumo. A ciência psicométrica e a algoritmização da vida das crianças permitem direcioná-las de modo convincente àqueles produtos que se deseja que elas consumam. Além disso, o produto nunca é apresentado como um simples objeto, pois, nas propagandas, se indicam as possibilidades de as crianças obterem essas mercadorias.

Nessa direção, Schor (2009), ao discutir a temática do *marketing* infantil, identifica que todo objeto oferecido à criança é acompanhado de um discurso afetivo que pretende levar os familiares a obtê-lo. Ademais, de acordo com a referida autora, o *marketing*

ainda informa aos pequenos sobre a existência de mecanismos de créditos – cartões e formas de parcelamento – que podem ser mobilizados pelos seus pais, e, conforme exposto anteriormente, o medo da perda do amor filial faz com que muitos pais comprometam parcelas significativas da renda a fim de atender os desejos infantis. Diante disso, concordamos com Dufour (2008, p. 38) quando afirma que se assiste a um processo de “exploração racional da libido [que] desemboca numa monocultura da mercadoria”.

A segunda norma característica da sociedade neoliberal apontada por Casara (2021) se refere à supremacia da satisfação pessoal como um critério régio na tomada de decisões. Corroborando essa perspectiva, Dufour (2008) aponta que na era narcisista, na qual se cultua o gozo ilimitado, o hiperindividualismo sobrepõem-se aos laços de solidariedade. Com efeito, conforme Casara (2021, p. 205), o sujeito passa a atuar “sob a pré-compreensão de que as suas decisões, das mais simples às mais complexas, serão tomadas a partir de cálculos voltados à satisfação de seu próprio interesse”. A satisfação imediata do indivíduo passa a predominar frente ao fazer com um fim em si mesmo ou àquelas ações orientadas pelos valores necessários para a coesão social.

As plataformas de compartilhamento de vídeos e as redes sociais operam como mecanismos da difusão dessa normatividade neoliberal, uma vez que seus algoritmos são programados para oferecer satisfação ao usuário. Assim, de acordo com Laval e Vergne (2023), acessa-se, sobretudo, aquilo que é desejável e renuncia-se aos debates públicos ou àqueles materiais literários, artísticos ou informacionais que seriam fundamentais para o exercício da cidadania. Diante disso, para Han (2018), o homem público e disposto aos debates sobre o bem coletivo desaparece em concomitância com

o surgimento de um indivíduo que canaliza para si todas as pulsões e abandona o clássico. Em tal perspectiva, consideramos pertinente observar que essa normatividade que dá primazia à satisfação do desejo resulta em um *habitus* psíquico que pode ter como efeito o desinteresse ou a incapacidade de crianças em idade escolar se envolverem em atividades sistematizadas que exigem a renúncia da satisfação imediata em nome da aprendizagem do saber historicamente sistematizado.

Já a terceira norma da racionalidade neoliberal, conforme Casara (2021, p. 220), refere que “os direitos e as garantias fundamentais devem ser afastados sempre que necessário à eficiência do mercado”. Segundo Casara (2018, 2019), inicialmente, essa norma parece estar restrita à constituição das macroestruturas políticas e sociais, nas quais os ritos legislativos e jurídicos são abandonados em favorecimento dos interesses econômicos. Identifica-se que sua gênese pode ser encontrada, indiretamente, nos mecanismos de socialização infantil. Nesse sentido, entendemos que a renúncia a um direito exige a passividade dos cidadãos e que esta é obtida, eficientemente, por meio da dessimbolização da linguagem, do empobrecimento do imaginário e da incapacidade de participar dos debates públicos. Assim, a renúncia dos direitos até então compreendidos como inalienáveis exige uma postura do indivíduo que pode começar a se constituir desde a infância, na medida em que, ao usar mídias digitais, a sua linguagem é a dessimbolização, ou, conforme exposto anteriormente, há uma tomada de decisões a partir dos interesses imediatos. Cultiva-se, desse modo, uma percepção de que tudo pode ser modificado se vai de encontro aos intentos de conquistas pessoais.

A dessimbolização da linguagem e o conseqüente empobrecimento do imaginário, aspectos que abordaremos, só podem

ser obtidos quando a linguagem se torna transparente<sup>77</sup>. Do ponto de vista de Han (2017), a esfera digital é profícua para a transparência da linguagem, uma vez que torna a linguagem operacional. O processo de empobrecimento linguístico ocorre, ainda, conforme a arte, a música e a poesia são relegadas em virtude de sua suposta inutilidade. Por sua vez, em consonância com as discussões realizadas anteriormente, observa-se que a incapacidade do debate público se deve à supervalorização dos interesses individuais e do gozo em detrimento do pensamento coletivo e dos laços de solidariedade. Com isso, a partir de Casara (2018), inferimos que a socialização mediada pelas mídias se encontra diretamente associada à criação das condições que em anos vindouros levarão a que o cidadão renuncie aos seus direitos e se engaje na construção de uma sociedade pós-democrática.

A quarta norma apontada por Casara (2021) refere-se à compreensão do outro como um concorrente a ser vencido. Esse pressuposto está diretamente relacionado à quinta norma, na qual o referido autor aborda a necessidade de o neoliberalismo se assentar em um processo de reificação do outro. Ressaltamos que estamos apresentando essas duas as normativas descritas por Casara (2021) de modo conjunto, pois reconhecemos que a compreensão do outro como alguém a ser superado exige, necessariamente, renunciar ao entendimento dele como sujeito singular. De fato, o processo de coisificação ou reificação dos indivíduos não é um fenômeno inaugurado pelo neoliberalismo, dado que Marx (1998) e Lukács (2018)

<sup>77</sup> A transparência da linguagem é obtida no momento em que ela é reduzida aos aspectos funcionais objetivos, isto é, renuncia-se aos usos figurados ou metafóricos da linguagem. No romance orwelliano *1984*, a novílingua é um exemplo de linguagem dessimbolizada, na medida em que as palavras são condensadas ou remove-se delas as ambiguidades ou diferentes sentidos. Modificar a linguagem, na perspectiva apresentada, equivale a agir sobre o pensamento do indivíduo.

já o identificavam como consequência do *fetichismo da mercadoria*<sup>88</sup>. Com efeito, Horkheimer (2015) também apontou a objetificação do sujeito como decorrente da racionalização da sociedade em virtude da difusão da subjetividade cientificista. No entanto, em sociedades capitalistas clássicas ou cientificamente desenvolvidas, havia espaços para a manutenção de laços de solidariedade familiar e de vínculos comunitários.

Em contrapartida, de acordo com Casara (2021), o neoliberalismo e a gestão psíquica do indivíduo, por meio do medo, elevam o patamar da coisificação do outro, apresentando-o, mesmo no seio familiar, como alguém capaz de impedir a primazia do eu. O reconhecimento dos pares e o estabelecimento de vínculos de solidariedade e amizade iniciam-se, conforme Dalbosco (2021), desde a infância. Para defender tal argumento, o autor realiza uma interpretação da obra freudiana a partir de uma óptica da filosofia social, afirmando que a “ligação afetivo-emocional primária [é fundamental] para a construção da individualidade humana na perspectiva de solidariedade recíproca” (Dalbosco, 2021, p. 109). Conforme Honneth (2018), na medida em que a criança é privada de relações afetivo-emocionais com um adulto, o seu processo de individuação é inibido, e, conseqüentemente, a socialização e o reconhecimento grupal também não ocorrem de modo saudável.

Nesse viés, a utilização das mídias digitais pode inibir o processo de individuação e de socialização, justamente pela probabilidade de privar a criança de uma relação de pleno cuidado. A esse respeito, Jerusalinsky (2021, p. 41) enfatiza que aparelhos tecnológicos não favorecem processos de interação com o outro, pois

---

<sup>88</sup> No pensamento marxista, o fetichismo da mercadoria refere-se àquelas situações nas quais os modos de se relacionar com as mercadorias passam a operar nas relações sociais, e o outro passa a ser objetificado e associa-se a ele um valor.

“[...] não produzem uma matriz dialógica em que os lugares sejam subjetivados, eles oferecem fragmentariamente uma linguagem, mas não sustentam sua função”. Jerusalinsky (2021, p. 50) ressalta que a presença do objeto, mesmo que real, não abre possibilidades de “mediar uma metaforização que afeta o corpo”, posicionando a criança em um permanente estágio de deriva subjetiva. Nesse sentido, a midiatização da infância, à qual se soma a reconfiguração das relações intrafamiliares em decorrência das exigências laborais, dificulta o processo de individuação e socialização infantil, o que, posteriormente, na vida adulta, fica subjacente à reificação ou coisificação do outro.

Por fim, a sexta norma é identificada por Casara (2021) como sendo a transparência e a simplificação da linguagem. Para o autor, “a identificação e solução dos problemas, bem como o exercício consciente da soberania popular, sempre exigiram a compreensão da complexidade da vida em sociedade” (Casara, 2011, p. 257). No entanto, conforme abordamos anteriormente, há, na contemporaneidade, em virtude do culto à primazia da satisfação pessoal, a formação de um *habitus* psíquico que impede o indivíduo de participar dos requeridos debates públicos. Nessa direção, Han (2022) compreende que, no contexto digital, a simplificação da linguagem ocorre por meio da comunicação em vídeos curtos e simplistas ou ainda pelo emprego de *memes*. Tais modalidades de comunicação, de acordo com Jerusalinsky (2021), simbolicamente, comunicam que a realidade é simplória e que também não se exige do indivíduo uma ação reflexiva, mas sim um engajamento e resposta imediata.

Ademais, a utilização dos recursos de imagem, muitas vezes, arrebatada a curiosidade, pois “a pregnância da imagem, na falta da palavra, paralisa, inibe a articulação simbólica que daria lugar a hipóteses ou pesquisas” (Jerusalinsky, 2021, p. 30) da criança. A

percepção dogmática da onisciência e onipotência das tecnologias digitais, conforme aponta Jerusalinsky (2021, p. 27), “amansa os enigmas e silencia [o sujeito] de modo obediente onde poderia inventar”. Portanto, a linguagem simplória e o empobrecimento subjetivo fomentados pela socialização mediada pelas tecnologias digitais dificultam o desenvolvimento de uma imaginação criadora fundamental para a vida democrática em sociedade.

Destacamos que, nesta seção, procuramos discutir a mediação da socialização infantil por meio das tecnologias digitais. Como argumentamos, as crianças são atores sociais na vida social e, portanto, realizam reproduções interpretativas. No entanto, entendemos que, para além de possibilitarem acesso das crianças aos artefatos, as mídias digitais acarretam processos de subjetivação, desenvolvendo, nos sujeitos infantis, *habitus* psíquicos de associação do desejo-consumo, elevação da satisfação ao posto de critério régio de tomada de decisões e dessimbolização da linguagem. Concomitante a esse processo, ocorre a *hipertrofização das relações sociais*<sup>99</sup> da criança, na qual ela é privada de acesso a espaços lúdico-autotélicos, de exercício imaginativo e criador e de vivências com os seus pares. A partir da discussão apresentada, na próxima seção apresentamos algumas reverberações antropológico-sociológicas desse processo e um prognóstico ou anúncio de possibilidades de resistência ao fenômeno da midiatização.

---

<sup>99</sup> <sup>9</sup> Entendemos por hipertrofização das relações sociais o processo em que os círculos de convivência e interação se tornam mais circunscritos. Mesmo que a criança se relacione com um grupo significativo de pares, estes tendem a ser da mesma categoria social que a própria criança.

## 4 REVERBERAÇÕES DA MIDIATIZAÇÃO NO ÂMBITO SOCIAL

Na seção anterior, abordamos os processos de socialização infantil a partir dos conceitos de cultura de pares e de reprodução interpretativa (Corsaro, 2011). Com base em estudos que apontam a onipresença das mídias digitais nas relações intrafamiliares (CETIC.BR, 2021), identificamos que há um empreendimento de subjetivação das crianças de modo a difundir a normatividade neoliberal. Concomitante a isso, temos acompanhado um processo de atomização infantil, pelo qual, gradualmente, as crianças estão sendo privadas de vivências autotélicas com os seus pares. Diante disso, nesta seção abordaremos as implicações sociológicas da constituição do neossujeito e algumas possibilidades de resistência à razão-mundo hegemônica.

Conforme exposto, o neoliberalismo é um sistema ilógico, na medida em que a finitude dos recursos materiais é incongruente com a promessa de acumulação ilimitada de capital. Além disso, de acordo com Dowbor (2017), a financeirização da economia e a concentração de renda levam a processos acentuados de pauperização e endividamento da classe trabalhadora, o que, a longo prazo, tende a dificultar os processos produtivos e de consumo. Na mesma proporção, Chamayou (2020) identifica que a privação de condições dignas de vida e de acesso aos serviços públicos pode desencadear movimentos de revolta popular, exigindo a canalização de recursos para estratégias de controle da sociedade. Por fim, como apontam Casara (2018) e Brown (2019), a supremacia do indivíduo e da satisfação pessoal em detrimento do homem público tende a construir estados pós-democráticos.

Contudo, para além das implicações sociais por nós apresentadas, há um conjunto de implicações antropológicas que se referem de modo direto à socialização infantil. Primeiramente, identifica-se a constituição de uma *sociedade do cansaço*, conforme discutido por Han (2017). Entendemos que o esgotamento físico/mental e, conseqüentemente, as epidemias de doenças psíquicas não se tornaram exclusivas dos adultos e das classes trabalhadoras, podendo ser observadas desde a primeira infância. É possível notar que as crianças, desde a tenra idade, têm se tornado objeto de investimento dos pais, os quais veem na promoção do desenvolvimento das habilidades das crianças uma possibilidade de rentabilidade futura. Assim, percebemos que há uma ênfase excessiva nas atividades pragmáticas realizadas em contraturno escolar e no treino de competências. Essa conversão da criança em capital resulta, em última instância, conforme Franco *et al.* (2023, p. 48), em patologia:

[...] quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele com máximo vigor uma lei externa, a lei de valorização do capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem sucedido, buscando otimizar o potencial de todos os seus atributos capazes de ser valorizados, tais como imaginação, motivação, autonomia e responsabilidade. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autculpabilização.

Dunker (2023) identifica, em contexto de (auto) responsabilização pelo próprio fracasso, que a depressão se torna uma patologia recorrente. No entanto, para além das doenças psíquicas, a incapacidade de entregar o que se promete faz com que o neoliberalismo seja produtor de sujeitos ressentidos. Nessa perspectiva, o ressentimento, conforme Kehl (2020, p. 9), ocorre nos

casos em que o sujeito atribui “ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer”. Todavia, como assegura Freud (2022), as patologias individuais podem resultar em patologias sociais, isto é, uma análise psicanalítica do eu não poderia ocorrer de modo dissociado da compreensão das massas.

Logo, a questão posta nesse âmbito deve ser problematizar implicações sociais do sofrimento individual. Nesse sentido, para Freud (2011, 2022), no intuito de restaurar a homeostasia psíquica, o indivíduo pode mobilizar três recursos: “[...] poderosas diversões [...] [,] gratificações substitutivas [...] e substâncias inebriantes” (Freud, 2011, p. 18). O referido autor compreende que experiências artísticas, na medida em “que são ilusões face à realidade” (Freud, 2011, p. 19), poderiam exercer a função de canalizar o sofrimento psíquico. No entanto, conforme abordamos anteriormente, a inutilidade associada às diferentes formas de expressão artística faz com que essas vivências se tornem esporádicas, quando não inexistentes no contexto contemporâneo. De fato, o indivíduo neoliberal sempre flerta com os riscos advindos da utilização de psicoativos, do adoecimento mental ou do desenvolvimento dos vícios.

Em tal perspectiva, Freud (2022) argumenta que a hipertrofia do indivíduo, quando associada ao sofrimento psíquico, pode resultar na formação de hordas gregárias<sup>10</sup> ou na união libidinal em torno de um líder autoritário. Corroborando o argumento, Canetti (2019) e Calligaris (2022) apontam que as massas comportam uma dimensão negativa, uma vez que os interditos são inibidos, podendo, com isso, resultar no uso da violência contra os grupos retoricamente compreendidos como culpados ou que ocupam um lugar pertencente por direito.

<sup>10</sup> As hordas gregárias referem-se a grupos de indivíduos que se unem de modo libidinal em torno de algo e colocam em suspensão um conjunto de regras ou valores morais. No comportamento das hordas, a violência e a ação bárbara costumam estar presentes.

Mesmo que a patologização decorrente do sofrimento individual seja a mais visível nas crianças, entendemos que as implicações da formação psíquica infantil na formação de hordas gregárias quando adultos também podem ser inferidas, dado que “na vida psíquica nada que uma vez se formou pode acabar, de que tudo é preservado de alguma maneira e pode ser trazido novamente à luz em circunstâncias adequadas” (Freud, 2011, p. 12). É a partir dessa percepção que Adorno (2015, 2019, 2022) argumenta que a educação das crianças pequenas e a oferta de boas possibilidades de socialização são fundamentais para a existência de uma sociedade e de modos de vida democráticos. Explicitamente na obra *Educação e Emancipação*, Adorno (2022, p. 135) menciona que evitar a repetição da barbárie exige a autonomia moral do indivíduo na perspectiva kantiana, isto é, “[...] o poder para a reflexão, a autodeterminação”, o posicionar-se criticamente acerca do mundo.

Todavia, reconhecemos que a autonomia não é uma concessão, mas sim uma construção que é promovida desde a infância. A criança autônoma, nessa concepção, não é um indivíduo que age orientado por uma perspectiva de liberdade negativa<sup>11</sup> ou de modo a remover seus interditos, mas sim que ela seja exercitada em sua dimensão reflexiva em toda sua dimensão ética. Assim, uma primeira necessidade para evitar a barbárie é a existência de um lócus onde as crianças exerçam liberdade negociada e desenvolvam a sua moralidade e autonomia.

Tendo em vista que as diferentes instituições sociais são perpassadas pela racionalidade neoliberal, Eidman (2023) aponta ser

---

<sup>11</sup> Para Honneth (2018), há diferentes modelos de liberdade. A liberdade negativa refere-se à concepção de que ser livre significa a remoção dos obstáculos que permitem alcançar determinados desejos ou anseios. Nela, a satisfação pessoal é compreendida como um valor superior aos interesses coletivos ou ao bem comum.

fundamental que a formação do indivíduo ocorra, imprescindivelmente, na escola. No entanto, para além de um lócus para o exercício da autonomia, entendemos ser imprescindível que as instituições de Educação Infantil sejam locais onde as crianças tenham acesso à literatura, à arte e à cultura clássica, pois estas são essenciais para os modos de vida democráticos, assim como defendem Laval e Vergne (2023). Por fim, conforme Charlot (2020), a existência de espaços de uma racionalidade contra-hegemônica exige uma refundação da pedagogia, fundamentando-a em um discurso antropológico coerente e que restabeleça a relação dialética entre desejo e norma. Para o autor citado, a pedagogia contemporânea afastou-se dos fundamentos antropológicos, na medida em que se isenta de pensar o sujeito que se deseja formar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo, abordamos os processos de socialização infantil em um contexto contemporâneo marcado pela difusão da racionalidade neoliberal e pela mediação das diferentes esferas da existência humana. Inicialmente, apresentamos um diagnóstico de época, no qual discutimos as intersecções entre neoliberalismo e a mediação da sociedade. A partir da análise sistêmica, argumentamos que as mídias digitais podem ser compreendidas, contemporaneamente, como uma estratégia de subjetivação e formação de um neossujeito. Na segunda seção, apresentamos o conceito de reprodução interpretativa (Corsaro, 2011), indicando que ele representa uma ruptura no paradigma sociológico durkheimiano acerca da socialização infantil. No entanto, ponderamos que as mídias digitais parecem conseguir operar em um nível de subjetivação.

Afastando-nos de uma perspectiva de patologização relacionada ao uso excessivo de mídias, na terceira seção discutimos a respeito das possíveis implicações da normatividade neoliberal na manutenção da coesão social.

Em nível de prognóstico, apresentamos uma defesa às instituições de Educação Infantil, na medida em que consideramos que essas instituições podem se tornar lócus privilegiados para que as crianças tenham vivências democráticas e acesso às experiências simbólicas, culturais e sensoriais necessárias ao cultivo da imaginação criadora e da vida em sociedade. Assim, entendemos que, mais do que um direito das crianças, as instituições de Educação Infantil são promotoras da coesão social. Mesmo que essa afirmação possa ser tomada como um argumento ousado, defendemos que essa imprescindibilidade se deve ao fato de a escola infantil ser um dos espaços onde podemos criar estratégias contra-hegemônicas ao intento. Todavia, a articulação das instituições de Educação Infantil com um projeto de sociedade democrática requer uma formação de profissionais que tenham condições de refletir acerca das práticas desenvolvidas *com* as crianças e dos modos que gerenciam o processo pedagógico.

Por fim, destacamos a necessidade de novos estudos, a fim de compreender, de forma etnográfica, os processos de difusão das normas da razão-mundo neoliberal na vida social das crianças. Além disso, indicamos que é preciso observarmos como a normatividade neoliberal está presente na *cultura de pares* de crianças nas instituições de Educação Infantil, constatando se, por meio da força intersubjetiva dos grupos, se esboçam estratégias de resistência à atomização individual. Somar-se-ia a isso a necessidade de análise dos discursos

e práticas docentes contemporâneas, a fim de verificarmos a presença ou não das normativas apresentadas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ALEMÁN, J. **Horizontes neoliberales en la subjetividad**. Olivos: Grama Ediciones, 2016.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BÓRON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. *In*: GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 63-139, 2012.

BRASIL. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 14 jul. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm).

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALLIGARIS, C. **O grupo e o mal**: estudo sobre a perversão social. São Paulo: Fósforo, 2022.

CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CASARA, R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASARA, R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASARA, R. **Sociedade sem lei**: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CENCI, A. V. Neoliberalismo. capital humano e educação. *In*: FÁVERO, A. A.; TONIETO, C.; CONSALTÉR, E. (org.). **Leituras sobre educação e neo-liberalismo**. Curitiba: CRV, p. 87-106, 2020.

CETIC.BR. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Relatório da pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. TIC Kids Online Brasil - 2021. Disponível em: <http://cetic.br/pt/arquivos/kidsonline/2021/criancas>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHARLOT, B. **Educação ou barbárie?**: uma escolha para a sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

CONSALTÉR, E.; FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. O gerencialismo empresarial na escola pública: eficácia ou proselitismo? **Revista Educativa**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/educ.v24i1.8702>. Acesso em: 4 maio 2024.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRARY, J. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DALBOSCO, C. A. **Educação e condição humana na sociedade atual**: formação humana, formas de reconhecimento e intersubjetividade de grupo. Curitiba: Appris, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

DUFOUR, D.-R. **O divino mercado**: a revolução cultural liberal. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2008.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 177-214.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

EIDAM, H. Formação na escola: onde mais o seria senão? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. e273563, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.273563>. Acesso em: 4 maio 2024.

EVANGELISTA, N. S.; MARCHI, R. C. Sociologia da Infância e reprodução interpretativa: um modelo redondo do desenvolvimento infantil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. e241891, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248241891por>. Acesso em: 4 maio 2024.

FRANCO, F. *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: a gênese teórica do neoliberalismo. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 47-76, 2023.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: LP&M, 2022.

FRIEDMAN, M. **Livre para escolher**: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Subjetividade maquínica**. São Paulo: CEFA Editorial, 2023.

HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022.

HAN, B.-C. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 2. ed. São Paulo: Editora LVM, 2022.

HAYEK, F. A. **O renascimento do liberalismo**. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

HONNETH, A. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, A. **Reificação**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

JERUSALINSKY, J. A criança entre os laços familiares e as janelas virtuais. *In*: JERUSALINSKY, J.; BAPTISTA, A. (org.). **Intoxicações eletrônicas**: o sujeito na era das relações digitais. Salvador: Ágalma, 2021. p. 39-55.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, C.; VERGNE, F. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2023.

LEBRUN, J.-P. **A perversão comum**: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Campo Matemático, 2008.

LEBRUN, J.-P. **Um mundo sem limite**: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MALLMANN, M. Y.; FRIZZO, G. B. O uso das novas tecnologias em famílias com bebês: um mal necessário? **Revista Cocar**, Belém, Edição Especial, n. 7, p. 26-46, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2789>. Acesso em: 4 maio 2024.

MARCHI, R. C. A criança como ator social: críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 617-637, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i2.0019>. Acesso em: 4 maio 2024.

MARCHI, R. C. As teorias da socialização e o novo paradigma para os Estudos Sociais da Infância. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 227-246, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8467/5213>. Acesso em: 4 maio 2024.

MARX, K. **O Capital**: Livro 1 - O processo de produção do capital. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. 2, p. 631-644, maio 2010.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. Petrópolis, RS: Boitempo, 2018.

SADIN, E. **La siliconización del mundo**: la irresistible expansión del liberalismo digital. Buenos Aires, Argentina: Caja Negra, 2018.

SCHOR, J. B. **Nascidos para comprar**: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo. São Paulo: Gente Editora, 2009.

SOBRAL, J. “Não tem como não dar”: crianças pequenas, tecnologias móveis e estratégias de mediação familiar. **Revista Cocar**, Belém, Edição Especial, n. 7, p. 153-167, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2796>. Acesso em: 4 maio 2024.

VON MISES, L. **As seis lições**. São Paulo: Editora LVM, 2018.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2020.

Endereços para correspondência:

Mateus Lorenzon - BR 285 Km 292,7, Campus I, Bairro São José, São José, Passo Fundo, RS, 99052-900. [mateusmlorenzon@gmail.com](mailto:mateusmlorenzon@gmail.com).

Rodrigo Saballa de Carvalho - Av. Paulo Gama, 110, Bairro Farroupilha, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 90040-060. [rsaballa@terra.com.br](mailto:rsaballa@terra.com.br).